



BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco IBM S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. 1 - Atividades: O Banco IBM S.A. tem como missão oferecer soluções financeiras flexíveis e de custos competitivos, customizadas para o financiamento de equipamentos, software e serviços IBM, por meio de todos os canais de vendas da IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. Seu objetivo é permitir aos clientes a preservação de linhas de crédito e de caixa para investimentos em seu foco de negócio, além de oferecer alternativas para uma gestão mais eficiente do orçamento de TI. 2 - Cenário Econômico: O desempenho econômico de 2025 registrou crescimento moderado, com avanço do PIB em 2,3%. Para 2026, projeta-se manutenção desse ritmo, com expansão estimada também em 2,3%. O cenário incorpora desaceleração mais acentuada do setor agropecuário, enquanto indústria e serviços devem apresentar maior dinamismo. A absorção doméstica tende a contribuir de forma mais relevante para o crescimento. A inflação ao consumidor apresenta trajetória de desaceleração. Para 2026, projeta-se que o IPCA alcance nível próximo a 3,6%, favorecido pela redução nos preços de bens industriais, energia e combustíveis. Pressões moderadas podem ocorrer no segmento de alimentos devido a fatores climáticos e alterações na oferta agropecuária. As expectativas de mercado indicam redução gradual da taxa básica de juros ao longo de 2026, projetando encerramento do ano com Selic em torno de 12,0%. O ambiente monetário permanece contracionista, porém com espaço para flexibilização

conforme a inflação converge para níveis mais baixos. O IGP-DI encerrou 2025 com variação acumulada negativa de 1,20%, influenciado principalmente pelo recuo nos preços ao produtor. Outros componentes do Índice permaneceram sob pressões moderadas, refletindo ajustes diferenciados entre setores. A administração pública federal manterá o foco na consolidação fiscal em 2026. O esforço segue direcionado à sustentabilidade das contas públicas, ao controle do crescimento da dívida e ao aprimoramento do ambiente econômico. A estratégia busca reforçar a previsibilidade e a estabilidade macroeconômica de médio prazo. O Banco IBM permanece atento às expectativas de mercado, pautando seus novos volumes de negócios com prudência e assegurando a manutenção de rigoroso controle sobre seus recebíveis, de modo a preservar a solidez operacional e a estabilidade financeira da instituição. 3 - Desempenho Operacional: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco IBM S.A. apresentou patrimônio líquido de R\$ 515,1 milhões. O valor presente dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado totalizam 1.128 milhões de reais no final do período. Consoante a estratégia da Administração, o lucro líquido auferido no período será acrescido aos lucros acumulados do exercício e destinado às reservas de lucros, observados os limites estabelecidos pela regulamentação aplicável e pelo Estatuto Social da instituição, incluindo a política de distribuição de dividendos, que prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais					
Ativo	Notas	2025	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025
Circulante e Não circulante		1.669.092	Circulante e Não circulante		1.154.980
Disponibilidades	5	5.026	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		871.394
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		1.128.120	Depósitos a prazo	9 (a)	871.217
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	100.121	Obrigações por subarrendamentos		177
Aquisições de direitos	6	6.660	Provisão de arrendamentos operacionais, compromissos de crédito e limites	7 (c)	669
Arrendamento mercantil financeiro	6	1.020.856	Passivos fiscais		14.533
Arrendamento mercantil operacional	6	483	Impostos a recolher	11 (a)	10.901
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(19.031)	Obrigações fiscais diferidas	12	3.632
Ativos fiscais		293.070	Outros passivos		268.384
Impostos a compensar	11 (a)	98.574	Outras obrigações	10	11.063
Créditos tributários	12	194.496	Provisões para riscos fiscais e contingências	15	257.321
Outros ativos		261.907	Patrimônio líquido	13	515.053
Outros ativos		372	Capital social		435.351
Depósitos vinculados a processos judiciais	15	261.535	Reservas de lucros		79.702
Permanente		941	Lucros acumulados		-
Direitos de uso por subarrendamentos		168	Total do passivo e patrimônio líquido		1.670.033
Custo		318			
Depreciação acumulada		(150)			
Imobilizado de arrendamento operacional		773			
Total do ativo		1.670.033			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	Reservas de lucros				Total
	Capital Social	Especial	Legal	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	373.478	49.066	56.942	-	479.486
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/21 (líquido de impostos) (i)	-	-	-	(17.191)	(17.191)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	373.478	49.066	56.942	(17.191)	462.295
Aumento de capital	61.873	(31.873)	-	-	30.000
Dividendos distribuídos (Nota 13(e))	-	-	-	(1.734)	(1.734)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.492	24.492
Apropriação reservas	-	5.201	366	(5.567)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	435.351	22.394	57.308	-	515.053
Semestre findo em 31 de dezembro de 2025					
Saldos em 30 de junho de 2025	403.478	49.066	56.942	(21)	509.465
Aumento de capital	31.873	(31.873)	-	-	-
Dividendos distribuídos (Nota 13(e))	-	-	-	(1.734)	(1.734)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.322	7.322
Apropriação reservas	-	5.201	366	(5.567)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	435.351	22.394	57.308	-	515.053

(i) Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN no. 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Participações Ltda. ("IBM Participações"), a qual, em última instância, está controlada pela IBM Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Ltda, com sede na Avenida República do Chile 330, 12º andar, bloco 2, Sala 1201 - parte 3, Centro, na capital do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, clientes interessados na aquisição de produtos e/ou serviços de tecnologia, incluindo clientes da IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., empresa do mesmo grupo econômico. As principais operações concentram-se na capital do Estado de São Paulo. O Banco opera como banco múltiplo com carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento. Os recursos utilizados em suas operações são captados junto a instituições financeiras do mercado e com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre as empresas da organização, bem como os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo políticas do Grupo IBM, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 20 de março de 2026.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), incluindo as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do próprio BACEN. O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras. A classificação entre circulante e não circulante não é apresentada diretamente no corpo do balanço, sendo divulgada de forma detalhada nas notas explicativas. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem principalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para passivos contingentes, a provisão para imposto de renda e a apuração de ativos fiscais diferidos. As transações relacionadas a essas estimativas podem resultar em valores diferentes daqueles originalmente registrados. Em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN 4.966/2021, o Banco optou por não apresentar saldos comparativos nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 2025 em relação aos períodos anteriores. Essa decisão está em linha com a prerrogativa prevista na norma, considerando a adoção inicial das disposições da referida resolução. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens das demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco opera (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional do Banco. **Convergência às normas internacionais:** O Banco Central do Brasil conduz processo contínuo de convergência das práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras com as normas internacionais de contabilidade. Nesse contexto, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) somente são aplicáveis quando expressamente recepcionados por ato normativo do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos atualmente recepcionados e aplicáveis ao Banco, seja pela Resolução 4.924/2021 ou por normas específicas igualmente vigentes, são os seguintes: • **CPC 00 (R2)** - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Res. 4.924/21). • **CPC 01 (R1)** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Res. 4.924/21). • **CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Res. 4.924/21). • **CPC 46** - Mensuração do Valor Justo (Res. 4.924/21). • **CPC 47** - Receita de Contrato com Cliente (Res. 4.924/21). • **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Res. 4.524/2016). • **CPC 03 (R2)** - Demonstração dos Fluxos de Caixa (Res. 4.818/2020). • **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível (Res. 4.534/2016). • **CPC 05 (R1)** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Res. 4.818/2020). • **CPC 06 (R2)** - Arrendamentos (Res. 4.975/2021). • **CPC 10 (R1)** - Pagamento Baseado em Ações (Res. 3.989/2011 - atualizada pela Res. 5.116/24). • **CPC 24** - Evento Subsequente (Res. 4.818/2020). • **CPC 25** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Res. 3.823/2009 - vigente, atualizada por Res. 5.116/2024). • **CPC 27** - Ativo Imobilizado (Res. 4.535/2016). • **CPC 33 (R1)** - Benefícios a Empregados (Res. 4.877/2020). • **CPC 41** - Resultado por Ação (Res. 4.818/2020). **Normas gerais sobre demonstrações financeiras:** A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, ambas vigentes desde 1º de janeiro de 2021, consolidam os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a obrigatoriedade da demonstração do resultado abrangente, a divulgação completa das informações financeiras e a segregação entre resultados recorrentes e não recorrentes. **Pronunciamentos ainda não recepcionados:** O Banco Central do Brasil não definiu, até o momento, provisão para recepção dos demais pronunciamentos emitidos pelo CPC, nem se eventual adoção futura ocorrerá de forma prospectiva ou retrospectiva. **Instrumentos financeiros - Resolução CMN nº 4.966/2021:** As classificações e mensurações dos instrumentos financeiros adotadas pelo Banco estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação alinhados ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. **Modelo de negócios - Mensuração ao custo amortizado:** O Banco avaliou que suas operações estão aderentes ao modelo de negócios aprovado pela Diretoria, cujo objetivo é manter os ativos financeiros para recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Tais fluxos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor principal nas datas pactuadas, o que caracteriza a mensuração ao custo amortizado. **3 Principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos

descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **Resultado não recorrente:** A avaliação sobre a natureza dos resultados não recorrentes é realizada nos termos da Resolução BCB nº 2/2020. O Banco IBM considera como não recorrentes, as receitas e despesas que: (a) não estejam relacionadas ou estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (b) não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não foram identificados resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, eventuais caixas em trânsito e recursos aplicados em Aplicações interfinanceiras de liquidez ("overnight"). Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas estão avaliadas ao custo amortizado, em base "pro rata die" até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2025, foram integralmente apresentadas como caixa e equivalente de caixa nas notas explicativas. **(d) Operações com característica de concessão de crédito:** Avaliadas ao custo amortizado, calculado "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. **(e) Arrendamentos mercantis a receber:** Os contratos de arrendamento mercantil são reconhecidos e mensurados conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.975/2021, que incorpora os princípios do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, convergente com o IFRS 16. A classificação dos contratos como arrendamento financeiro ou arrendamento operacional é realizada com base na transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo ao arrendatário. **Arrendamento Financeiro:** Os contratos classificados como arrendamento financeiro são apresentados pelo valor presente líquido previsto em contrato. No cálculo de valor presente dos arrendamentos mercantis financeiros é utilizada a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato deduzidos os custos de venda. A receita referente ao reconhecimento de juros do contrato baseado na taxa em questão está apresentada como receita de arrendamento financeiro. **Arrendamento Operacional:** Nos contratos classificados como arrendamento operacional, o ativo arrendado permanece registrado como imobilizado de arrendamento operacional, e é depreciado ao longo de vida útil econômica do bem. As receitas de arrendamento operacional são reconhecidas no resultado linearmente ao longo do prazo contratual. As diferenças temporais entre o valor reconhecido no resultado e o valor efetivamente cobrado do cliente estão apresentados como Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, assim como faturas pendentes de recebimento e está apresentado na nota 4. **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito do Banco IBM S.A. é constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada ao longo da vida das operações, e com a Resolução BCB nº 352/2023, que define os procedimentos contábeis aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e evidencição dessa provisão. Essa provisão abrange operações de crédito, arrendamento mercantil financeiro, compromissos de crédito e créditos a liberar, bem como contratos de arrendamento operacional. A metodologia simplificada adotada pelo Banco permite a mensuração das perdas esperadas com base em parâmetros padronizados, dispensando a segmentação por estágio de risco. Ainda assim, os modelos internos utilizados são conceitualmente alinhados às práticas internacionais permitindo que as estimativas reflitam adequadamente o perfil de crédito das operações, considerando fatores como histórico de pagamento, garantias, tipo de produto e ambiente econômico. A provisão registrada no balanço é composta por três componentes: perda incorrida, correspondente ao valor mínimo exigido para operações inadimplidas (atraso superior a 90 dias); perda esperada adicional, exigida para operações adimplentes; e perda esperada excedente, apurada com base em modelos internos que excedem os níveis mínimos regulatórios. Para compromissos de crédito e créditos a liberar, a provisão é registrada no passivo, refletindo a expectativa de perda associada à obrigação de concessão futura. Nos contratos de arrendamento operacional, a provisão é constituída tanto para a parcela a vencer (registrada no passivo) quanto para os valores já reconhecidos (registrados como redução do ativo). A provisão para perdas incorridas é calculada com base em percentuais definidos por faixa de atraso e por carteira, conforme estabelecido pela regulamentação vigente. Para ativos de pessoa jurídica em processo falimentar, aplica-se provisão de 100% desde a decretação da falência. Complementarmente, é constituída a provisão adicional para perdas esperadas, mesmo para ativos não inadimplidos, com percentuais definidos por faixa de atraso e carteira. Além disso, o Banco realiza uma avaliação nas eventuais operações classificadas como com problemas de recuperação de crédito, aplicando percentuais escalonados entre 30% e 100%. Nos casos em que um ativo é caracterizado como com problema de recuperação de crédito, todos os ativos da mesma contraparte devem ser reclassificados como problemáticos. No entanto, a política aprovada prevê exceções específicas, que permitem a manutenção do status de não problemático para determinados contratos, desde que observados, cumulativamente, os seguintes critérios: haja garantia líquida suficiente para cobertura do risco; não exista histórico de significativa inadimplência com o Banco IBM; o impacto da provisão não seja relevante e o valor em atraso não exceda 20% do valor presente das contraprestações. A análise é realizada individualmente por cliente, podendo resultar em situações em que uma mesma contraparte possua contratos com status distintos. Para os casos elegíveis à exceção, apenas o contrato inadimplido é tratado como ativo com problema de recuperação de crédito, enquanto os demais permanecem classificados como não problemáticos. As operações excepcionalizadas são reavaliadas mensalmente, não sendo consideradas como pré-aprovadas para períodos subsequentes. As provisões são revisadas periodicamente, com ajustes sempre que houver alteração nas estimativas de risco ou nas condições contratuais. Reversões ou complementações são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem, conforme os critérios estabelecidos pela política contábil vigente. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o

lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". A provisão para as obrigações fiscais diferidas aplicadas à atualização monetária sobre depósitos judiciais e à eventual saldo de superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Obrigações Fiscais Diferidas". Os referidos créditos tributários foram constituídos com base em estudos técnicos, considerando-se as projeções de lucros tributáveis futuros as quais incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrente das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros. **(h) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos relacionados a processos judiciais e administrativos são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, aprovado pelo BACEN em 1º de janeiro de 2023. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. **Passivos relacionados a processos judiciais e administrativos:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **(i) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro rata die") e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro rata die").

4 Gerenciamento de risco e capital. (a) Objetivos do gerenciamento de riscos financeiros: As funções de Tesouraria Corporativa e Governança da IBM fornecem serviços de captação de recursos e de gestão de riscos ao Banco. Os serviços de gestão de riscos são prestados mediante o monitoramento e a administração dos riscos financeiros relacionados às operações do Banco, por meio de relatórios internos que abrangem risco de mercado, crédito, liquidez, capital e Risco social, ambiental e climático. Isso inclui a realização de análises de sensibilidade integradas relativos aos riscos de crédito, capital, mercado e liquidez. **(b) Risco de mercado:** O Banco está exposto ao efeito de que mudanças de taxas de juros de mercado impactem o preço dos ativos e passivos financeiros, e que as posições ativas e passivas não coincidam em termos de exposição. Sua dívida com terceiros, assim como operações de crédito e arrendamento, estão atreladas, principalmente, à variação do CDI diário. Visando minimizar riscos, o Banco tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos à taxa de juros fixa utilizando "match funding". O Banco analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa e de arrendamentos mercantis a receber e posição passiva indexada ao CDI, a administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito corresponde à possibilidade de uma contraparte descumprir suas obrigações contratuais, resultando em perda financeira para o Banco. O Banco adota políticas que determinam operar apenas com contrapartes que possuam boa qualidade de crédito e, quando aplicável, obter garantias suficientes como forma de mitigar perdas. O Banco realiza análises de crédito de potenciais clientes antes da celebração de contratos. Tais informações são obtidas de agências independentes de classificação, quando disponíveis, e de seus próprios registros históricos de relacionamento. Com relação aos produtos de crédito, o Banco IBM possui uma oferta segmentada, pois atua fundamentalmente como um alavancador de vendas da IBM Máquinas - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.. Dessa forma, a atuação tem foco essencialmente na concessão de arrendamento mercantil visando viabilizar o financiamento de produtos e serviços de tecnologia da informação. A exposição a crédito é monitorada com base em limites por contraparte, os quais são revisados e aprovados anualmente pela equipe de gestão de riscos. Os saldos de caixa e equivalente de caixa são mantidos em bancos considerados pela Administração como instituições com alta classificação de crédito. **(d) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade de o Banco não dispor de recursos suficientes para honrar, tempestivamente, suas obrigações, em decorrência de descasamentos de prazos e/ou volumes entre entradas e saídas de caixa. A gestão de liquidez é centralizada na Tesouraria, contratada pela IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. em alinhamento às políticas e limites corporativos globais e à regulamentação vigente. O Banco mantém estrutura de controles e sistemas compatíveis com seu perfil operacional, com monitoramento contínuo das posições, revisões periódicas de limites e utilização de cenários prospectivos e testes de estresse para antecipação de necessidades de caixa, inclusive em condições de mercado atípicas. Historicamente, o Banco mantém níveis adequados de liquidez, sustentados por base de

continua >>>





continuação >>>

captação diversificada no mercado local/interbancário e por fontes internas do grupo. O Banco possui um plano de contingência de liquidez que define gatilhos, responsáveis, prazos e volumes para recomposição de reservas em situações de estresse específico ou sistêmico. As principais fontes de liquidez contempladas incluem: • Emissão de CDBs e captações no mercado local/interbancário; • Empréstimos intercompanhia com a controladora; • Aportes de capital pelos acionistas, conforme necessário. **(e) Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. O Banco instituiu a estrutura de gerenciamento do risco operacional cujo objetivo principal é avaliar, monitorar e mitigar ocorrências do risco operacional, que é objeto de relatório detalhado semestral. **(f) Risco social, ambiental e climático:** A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC) estabelece um conjunto de princípios e diretrizes a ser observado por toda a Instituição na condução de seus negócios, atividades e processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. É de responsabilidade do Banco analisar e rejeitar a concessão de crédito à clientes e atividades com suspeita de práticas irregulares aos princípios e diretrizes da PRASC e há um monitoramento trimestral que avalia o grau de exposição da carteira do Banco ao Risco, divulgado em Comitê de Crédito para a Diretoria estatutária do Banco IBM. **(g) Gerenciamento de capital:** O Banco administra seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade de suas operações como entidade em funcionamento, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos seus acionistas por meio da otimização entre endividamento e patrimônio. A estrutura de capital do Banco é composta por dívida com partes relacionadas e outros bancos de mercado e pelo patrimônio atribuído aos acionistas, que compreende o capital social integralizado e os lucros acumulados, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Para manter ou ajustar sua estrutura de capital, o Banco pode alterar o montante de dividendos distribuídos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações para reduzir seu nível de endividamento. O Banco atendeu a todos os requisitos de capital impostos externamente durante os exercícios de 2025 e 2024 conforme exposto na Nota 13. As seguintes alterações na estrutura de capital do Banco ocorreram em 2025: • Em 26 de março de 2025, o Banco emitiu ações ordinárias e preferenciais no valor total de R\$ 30.000. **(h) Análise de sensibilidade:** São realizados testes de estresse no sentido de assegurar a manutenção do capital mínimo, simulando eventos de risco de crédito e seus efeitos na gestão do capital tendo como variáveis cenários distintos de deterioração da carteira de crédito e oscilações no Patrimônio de Referência (PR) Com isso são simulados possíveis descumprimentos nos limites aplicáveis atualmente ao Banco e seus impactos adjacentes os quais não apresentaram desenquadramentos.

	Cenário I (i)	Cenário II (ii)
Impacto provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.123	35.161
Patrimônio de referência projetado	414.188	400.150
Concentração por grupo econômico - menor espaço disponível	14,00%	15,00%
Concentração setor público	5,40%	5,60%
Índice de basileia	55,44%	53,52%

i. Cenário considerando rebaixamento do risco país de moderado para risco alto, acarretando num aumento da PDD esperada para toda a carteira, exceto para os dois maiores clientes, considerando-se que há um limite para a constituição de PDD para o produto de arrendamento mercantil e que ambos já estariam provisionados próximo do valor máximo. A publicação dos percentuais de riscos utilizados é realizada trimestralmente por departamento especializado da IBM corporação. ii. Cenário considerando atraso de até 30 dias dos cinco maiores clientes da carteira ou clientes que representem até 80% do total da carteira, o que for maior, acarretando num provisionamento adicional de 3,5%. **5 Caixa e equivalente de caixa:** Em 31 de dezembro de 2025 o caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Dezembro 2025
Disponibilidades	5.026
Caixa	5.026
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	100.121
	105.147

(a) Saldos de aplicações "overnight" são remunerados a uma taxa média de 98,6% do CDI de um dia e liquidados no primeiro dia útil subsequente.

6 Operações com características de concessão de crédito e arrendamento mercantil: As operações com características de concessão de crédito referem-se à aquisição de direitos creditórios, à vista ou parcelados, por meio de cessão sem direito de regresso, junto a pessoas jurídicas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Os contratos de arrendamento mercantil são firmados com cláusula de não cancelamento, opção de compra ao término do contrato e condições de atualização monetária prefixada ou pós-fixada, podendo incluir repactuação periódica de juros. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens arrendados e incluem cláusula de seguro obrigatório em favor do Banco. Os resultados gerados por esses instrumentos financeiros são apresentados na Demonstração do Resultado, classificados dentro do grupo de Receitas da Intermediação Financeira. As operações estão mensuradas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025 e demonstradas a seguir:

Produto e atividade econômica	Dezembro 2025		
	Ativos não problemáticos	Ativos problemáticos	Total
Aquisições de direitos creditórios			
Setor privado			
Comércio	4.511	-	4.511
Intermediários financeiros	1.029	-	1.029
Outros serviços	1.120	-	1.120
	6.660	-	6.660
Arrendamento mercantil financeiro			
Setor privado			
Comércio	18.133	-	18.133
Indústria	15.868	-	15.868
Intermediários financeiros	352.805	-	352.805
Outros serviços	13.969	1.863	15.832
Rural	1.827	-	1.827
Setor público			
Intermediários financeiros	593.970	-	593.970
Outros serviços	22.421	-	22.421
	1.018.993	1.863	1.020.856
Arrendamento mercantil operacional			
Setor privado			
Indústria	1	-	1
Intermediários financeiros	482	-	482
	483	-	483
	1.026.136	1.863	1.027.999

(b) Por faixa de vencimento

	Dezembro 2025		
	Aquisições de direitos	Arrendamento Mercantil Financeiro	Arrendamento Mercantil Operacional
Circulante	6.600	856.038	483
Vencido			
Até 90	-	-	-
Entre 91 e 360	-	-	-
A vencer			
Até 90	5.446	287.758	483
Entre 91 e 360	1.214	568.280	-
Não circulante	-	164.818	-
Entre 1 e 3 anos	-	161.948	-
Entre 3 e 5 anos	-	2.870	-
	6.660	1.020.856	483
Adimplido	6.660	1.020.856	483
Inadimplido	-	-	-
	6.660	1.020.856	483

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, que define a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada ao longo da vida das operações para as instituições enquadradas no segmento S4, e com a Resolução BCB nº 352/23, que estabelece os procedimentos contábeis e críticos para reconhecimento, mensuração e evidênciação dessa provisão, alinhando-os ao conceito de perdas esperadas. Essa provisão abrange operações de crédito, arrendamento mercantil financeiro, compromissos de crédito e créditos a liberar, bem como contratos de arrendamento operacional. A provisão total registrada no balanço foi apurada conforme descrito na nota explicativa 3(f) e é composta por três componentes: • Perda incorrida: valor mínimo exigido para operações inadimplidas (atraso superior a 90 dias), conforme parâmetros regulatórios; • Perda esperada adicional: valor mínimo exigido para operações adimplentes, cuja obrigatoriedade é definida pela Resolução CMN nº 4.966/21 e cujo cálculo segue os procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23; • Perda esperada: valor calculado pelo Banco com base em modelos internos, que excede os níveis mínimos regulatórios. Para compromissos de crédito e créditos a liberar, a provisão é registrada no passivo, refletindo a expectativa de perda associada à obrigação de conceder crédito futuro. Nos contratos de arrendamento operacional, a provisão é constituída para a parcela a vencer, registrada no passivo, enquanto a parcela correspondente aos valores já reconhecidos no balanço é registrada no ativo, reduzindo o valor contábil do direito a receber. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas quando há alteração nas estimativas de risco ou nas condições contratuais. Eventuais reversões ou complementações são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. **(a) Movimentações das perdas associadas ao provisão de créditos:** As movimentações no exercício da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (ativo) e a provisão de arrendamentos operacionais, compromissos de crédito e créditos a liberar (passivo) estão demonstradas conforme quadro abaixo:

	Dezembro 2025	Ativo	Passivo*
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		6.956	-
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	28.177	1.124	-
Saldos em 1º de janeiro de 2025		35.133	1.124
Constituição (Reversão) de provisão 1º semestre de 2025	(6.385)	(35)	-
Constituição (Reversão) de provisão 2º semestre de 2025	(9.717)	(420)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		19.031	669
Provisão para perda esperada	4.017	669	-
Provisão para perda adicional esperada	15.014	-	-
Provisão para perda incorrida	-	-	-
	19.031	669	

(* Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em compromissos de crédito, créditos a liberar e operações vincendas de arrendamento operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve recuperação de créditos baixados anteriormente no montante de R\$ 94. Não houve renegociações de créditos baixados a prejuízo. **(b) Por atividade econômica, tipo de provisão e nível de risco:** Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito possui a seguinte composição por atividade econômica, tipo de provisão e nível de risco:

Produto e atividade econômica	Dezembro 2025				
	Ativos não problemáticos		Ativos problemáticos		Total
	Esperada	Adicional	Esperada	Adicional	
Aquisições de direitos					
Setor Privado					
Comércio	5	86	-	-	91
Indústria	-	20	-	-	20
Outros Serviços	25	21	-	-	46
	30	127	-	-	157
Arrendamento mercantil financeiro					
Setor Privado					
Comércio	442	254	-	-	696
Indústria	72	222	-	-	294
Intermediários Financeiros	277	4.938	-	-	5.215
Outros Serviços	74	196	1.241	622	2.133
Rural	31	26	-	-	57
Setor Público					
Intermediários Financeiros	1.259	8.315	-	-	9.574
Outros Serviços	587	314	-	-	901
	2.742	14.265	1.241	622	18.870
Arrendamento mercantil operacional					
Setor Privado					
Intermediários Financeiros	4	-	-	-	4
	4	-	-	-	4
	2.776	14.392	1.241	622	19.031

(c) Liberação da provisão de arrendamentos operacionais, compromissos de crédito e créditos a liberar

	Dezembro 2025
Compromissos de crédito	661
Créditos a liberar	2
Perdas esperadas de leasing operacional a vencer	6
	669

8 Operações vinculadas: O Banco vincula suas operações ativas às captações de recursos por meio de depósitos a prazo, nos termos da Resolução 2.921/02 do CMN. Em 31 de dezembro de 2025 apresentam-se os saldos das operações ativas vinculadas às captações realizadas por meio de depósitos a prazo, assim como os respectivos resultados apurados no exercício findo nessa mesma data.

	Dezembro 2025	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Operações ativas de Arrendamento mercantil (i)		779.949	97.871
		779.949	97.871
		(810.104)	(90.764)
		(810.104)	(90.764)

(i) Apresentadas pelo valor presente.

Em 31 de dezembro de 2025 não havia inadimplências entre os ativos vinculados. **9 Depósitos: (a) Depósitos a prazo:** O Banco capta recursos por meio da emissão de certificados de depósito bancário para outras instituições financeiras não ligadas, os quais estão substancialmente vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil efetivadas com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução BCB nº 2.921/02 (Nota explicativa 8). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI + spread de risco ou por taxas prefixadas.

	Dezembro 2025	Circulante	Não Circulante
Vencimento final (*)			
Até 1 ano	526.280	-	-
De 1 a 2 anos	250.152	94.785	-
	776.432	94.785	-
Total	-	-	871.217

(*) Os depósitos a prazo possuem um fluxo de pagamentos definido. O vencimento final é referente à última data de pagamento prevista nos contratos. Os depósitos a prazo possuem a seguinte quebra por faixa de vencimento:

	Dezembro 2025
Até 90	309.927
Entre 91 e 360	466.505
Entre 1 e 3 anos	94.785
	871.217

A remuneração média da carteira é de CDI + 2,25% a.a. para os títulos pós fixados e 14,84% a.a. para os títulos pré fixados. As despesas com essas operações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 97.611.

10 Outras Obrigações: Em 31 de dezembro de 2025 as Outras Obrigações do Banco possuíam a seguinte composição:

	Dezembro 2025
Dividendos a pagar (nota 13(e))	1.734
Fornecedores de serviços	688
Fornecedores relacionados a operações (*)	7.879
Fundo garantidor de crédito (FGC)	200
Diversos	562
	11.063

(*) O saldo apresentado sobre se refere a fornecedores relacionados a negócios realizados de arrendamento mercantil, operações de crédito e aquisições de direitos.

11 Impostos: (a) Impostos a recolher e a compensar: Em 31 de dezembro de 2025 os saldos em aberto dos impostos a recolher e a compensar estão demonstrados a seguir:

	Dezembro 2025	IRPJ e CSLL	PIS e COFINS	ISS	Impostos Retidos	Total
Ativos						
Impostos retidos a compensar	18.741	50.128	-	-	-	68.869
Saldo negativo e pagamento a maior	29.705	-	-	-	-	29.705
	48.446	50.128	-	-	-	98.574
Passivos						
Impostos a recolher	(7.854)	(170)	(2.675)	(202)	(10.901)	(10.901)
	(7.854)	(170)	(2.675)	(202)	(10.901)	

(b) Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2025 a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado do exercício findo nesta data, pode ser resumida da seguinte forma:

	Dezembro 2025	Imposto de renda	Contribuição social
Corrente			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	45.264	45.264	-
Adição (exclusão) da insuficiência (superveniência) de depreciação	(6.859)	(6.859)	-
Adição/(exclusão) da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 5)	(16.557)	(16.557)	-
Provisão para contingências	720	720	-
Demais adições (exclusões) líquidas	2.440	2.440	-
Base de cálculo	25.008	25.008	-
Prejuízo fiscal compensado - 30%	(7.502)	(7.502)	-
Base de cálculo líquida	17.506	17.506	-
Alíquota nominal	15%	20%	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.626)	(3.501)	-
Base de cálculo líquida para IR e CS adicional	17.266	17.266	-
Alíquota nominal	10%	-	-
Imposto de renda e contribuição social adicional	(1.727)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.353)	(3.501)	-
Impostos Diferidos (Nota 10)			
Constituição (reversão) de obrigação fiscal diferida	(4)	(3)	-
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre diferenças temporárias	(7.230)	(5.681)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(7.234)	(5.684)	-

12 Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas: Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação dos créditos tributários e das obrigações tributárias diferidas, refletindo as variações decorrentes de diferenças temporárias reconhecidas contabilmente, está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Créditos tributários diferidos				
Insuficiência de depreciação	102.162	-	(3.083)	99.079
Provisão de créditos em liquidação duvidosa (*)	3.130	13.186	(7.451)	8.865
Baixas para prejuízo de operações de crédito e arrendamento	22.092	-	-	22.092
Crédito tributário sobre prejuízo Fiscal e base negativa	40.106	-	(3.376)	36.730
Provisão de riscos fiscais	26.731	999	-	27.730
Total Créditos tributários	194.221	14.185	(13.910)	194.496
Obrigações fiscais diferidas				
Atualização sobre depósitos judiciais	(3.625)	(7)	-	(3.632)
Superveniência de depreciação	-	-	-	-
Total obrigações fiscais diferidas	(3.625)	(7)	-	(3.632)

(*) O montante de constituição do crédito tributário relativo a provisão para perdas associadas a riscos de crédito se refere ao impacto da adoção inicial da resolução 4.966/21 em janeiro de 2025 e foi ajustado contra os lucros acumulados. O valor total líquido desses ajustes está apresentado na Demonstração de mutações no patrimônio líquido.

A expectativa de realização dos créditos tributários, diferidos em 31 de dezembro de 2025, está apresentada a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
1 ano	60.927	48.743	109.670
2 anos	14.773	11.820	26.593
3 anos	5.807	4.719	10.616
4 anos	2.836	2.271	5.107
5 anos	1.781	1.427	3.208
Mais de 5 anos	21.818	17.484	39.302
	108.032	86.464	194.496

A expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de créditos em liquidação duvidosa e de insuficiência de depreciação baseiam-se na previsão de recebimento das operações

da carteira do Banco. Definimos como acima de 5 anos a expectativa de realização dos créditos tributários sobre provisão de riscos fiscais considerando a impossibilidade de estimarmos quando o processo irá transitar em julgado.

13 Patrimônio líquido. (a) Capital social: Representado em 31 de dezembro de 2025 por 179.216.635 ações sem valor nominal, sendo 174.358.635 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. **(b) Aumento de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 30.000, mediante a emissão de 10.921.290 (dez milhões, novecentos e vinte e um



BANCO IBM S.A.

Carta Patente 330.0599/76
CNPJ 34.270.520/0001-36

continuação >>>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e

o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Pedro Henrique Pereira de Sousa
Contador CRC 1RJ119141/O-8

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 25/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/25/BANCOIBM1588347625032026.pdf>
Hash: 1774377360694ef46cf88f45b6a2e3935bdb60a8